

## AFONSO ARINOS

JARBAS MARANHÃO



Uma vida admirável é a de AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO.

De intensas meditações e trabalho criativo.

Um estudioso que se comportava também como homem de ação.

Uma índole especulativa que se integrava nos acontecimentos de sua época.

Um teórico ou doutrinário que não menosprezava a força dos fatos de que participou, por muitos anos.

De uma conjugação de leituras e reflexões com atividades e lutas resultou uma obra não só de pensamento como de crítica.

Sua privilegiada cultura se enriqueceu com o tirocínio advindo da cátedra e da ação pública, nos partidos, no Parlamento, na diplomacia.

Era um intelectual doublé de homem de Estado.

Notável publicista e de longa atuação política, procurava, com a ajuda de variada experiência, adaptar suas aspirações e técnicas institucionais à nossa realidade social.

Nasceu em Belo Horizonte a 27 de novembro de 1905. Fez os estudos secundários, como aluno interno, no colégio Anglo-Mineiro, daquela capi-

tal, e no Pedro II, formando-se em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro.

Na capital mineira, nomeado por Antonio Carlos, iniciou suas atividades públicas no cargo de promotor, nos anos de 1927 e 1928.

Juntamente com o irmão Virgílio colaborou com a Revolução de 1930 e o movimento de redemocratização de 1945.

A nota biográfica que inicia a obra *As Tendências Atuais do Direito Público*, estudos publicados em sua homenagem, registra que, no Pedro II, ele teve como professores João Ribeiro e Carlos de Laet e foram seus colegas de classe Prado Kelly, Pedro Nava e Prudente de Moraes, neto.

Lembra sua linhagem ilustre, pelos lados paterno e materno. O tio, Afonso Arinos, mestre do regionalismo brasileiro; o pai, Afrânio, um dos expoentes da Primeira e Segunda Repúblicas; o avô materno, Cesário Alvim, grande político no Império e na República; Francisco de Melo Franco, introdutor da pediatria em Portugal e no Brasil, autor de famoso panfleto contra a Universidade de Coimbra, *Reino da Estupidez* (1785), irmão de seu tetravô paterno.

Ensinou história na extinta Universidade do Distrito Federal, na de Montevideú e no Instituto Rio Branco.

Deu cursos de cultura brasileira na Sorbonne e de literatura na Universidade de Buenos Aires. Dirigiu a importante *Coleção Documentos Brasileiros*, da Livraria José Olympio.

Com as teses "Leis Complementares da Constituição" e "História e Teoria do Partido Político no Direito Constitucional Brasileiro", mediante concurso, conquistou as cátedras de Direito Constitucional nas Universidades do Estado e Federal do Rio de Janeiro, em 1949 e 1950. Nessa última o Conselho Universitário contemplou-o com o título de professor emérito, depois de aposentado.

Exerceu, em três legislaturas, o mandato de deputado federal por Minas Gerais, de 1947 a 1958; e, em seguida, o de Senador pelo antigo Distrito Federal (Rio de Janeiro) de 1959 a 1966.

Distinguiu-se como orador parlamentar. Líder da União Democrática Nacional e do bloco da oposição, foi, na Câmara dos Deputados, membro de Comissões importantes como a de Constituição e Justiça, a Mista de Leis Complementares e a de Reforma Administrativa. Relator das Emendas Parlamentarista e de Autonomia do Distrito Federal. Há uma lei com o seu nome — a que condena a discriminação racial. Ainda deputado, converteu-

se ao parlamentarismo. A pedido de Pedro Aleixo redigiu o capítulo da Declaração de Direitos da Constituição de 1967.

No Senado, presidiu as Comissões de Constituição e Relações Exteriores. Saudou, em nome do Congresso Nacional, os Presidentes da França e da Itália, Charles de Gaulle e Giuseppe Saragat, em 1964 e 1965, respectivamente. Compareceu a Conferências Interparlamentares na França (Cannes) e na Austrália (Canberra), e, como embaixador extraordinário, ao Concílio Vaticano II.

Foi Ministro do Exterior, por duas vezes, e Embaixador na ONU.

Pertenceu ao Instituto dos Advogados e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Das Academias Mineira e Brasileira de Letras, do Conselho Federal de Cultura e Diretor do Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas.

Nesses últimos tempos foi indicado pelo saudoso Presidente Tancredo Neves para presidir a Comissão de Estudos Constitucionais composta por 48 ilustres brasileiros e instituída, depois, na Presidência de José Sarney, pelo Decreto n.º 91.450, de 18 de julho de 1985.

Elegeu-se Senador pelo Estado do Rio de Janeiro para a Constituinte de 1987. Nesta Assembléia Nacional foi eleito Presidente da Comissão de Sistematização e recebeu a honrosa incumbência de, em nome dos constituintes, proferir o discurso da Sessão Solene de promulgação da Carta Magna de 5 de outubro de 1988.

Sua contribuição não foi um milagre, mas o resultado da harmonia entre o estudo e a ação, entre o homem de letras e o homem público, entre o intelectual e o político — e o ideal é que seja assim.

Ou para usar de uma classificação da mineiridade — que ele sugeriu ou lembrou no discurso com que recebeu Tancredo Neves ao ingressar este na Academia Mineira de Letras — sua conduta era uma composição do mineirismo e da mineirice, isto é, da cultura e da política, sendo ele dos mais representativos dessas duas manifestações da inteligência e do espírito.

Hildon Rocha, ensaísta e crítico literário, que, por alguns anos, fez jornalismo político, em seu livro *Memória Indiscreta*, analisa AFONSO ARINOS na Câmara dos Deputados:

“É o mais intelectual da Comissão de Justiça... analítico e até dialético... imaginoso, de percepção aguda, generalizando-se nas teses doutrinárias, sociológicas, históricas, nunca se

limitando... e com rara capacidade de expor, de conduzir o pensamento...”

Aliomar Baleeiro assinala que, sendo seu correligionário, colega e companheiro durante 30 anos, discrepando algumas vezes de suas decisões, jamais lhe recusou a boa intenção e a honestidade de propósitos. E exalta “o brasileiro insigne consagrado, tal a versatilidade de aptidões e de talentos dentro da unidade monolítica de seu espírito”.

Sou testemunha de tão abrangentes saberes, desde moço, quando acompanhei sua colaboração de crítico em suplementos literários de jornais do Rio de Janeiro e, depois, através de outros ensaios e livros.

Também li e ouvi muitos de seus pareceres e discursos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, pois tive a honra de ser seu colega por 17 anos no Congresso.

Pareceres e discursos versando não somente matéria política — jurídica, de seu especial agrado —, mas ainda toda ordem de questões, com o que demonstrava sua erudição no campo das ciências humanas e sociais.

Claro que compondo partidos diferentes e rivais, nem sempre assumimos as mesmas posições, mas observei que se pronunciava sob o estímulo de princípios e ideais.

Sua bibliografia haveria de ser, assim, das mais extensas, embora não tenham sido ainda selecionados seus inúmeros pronunciamentos parlamentares e organizados os documentos de sua presença na ONU e no Ministério do Exterior, onde, partindo de um outro estágio de desenvolvimento ou de maturidade nacional, buscou novos critérios de convivência externa, visando a proteger a civilização e a condição humana.

Em relação ao quadro interno, ele confessava que, diante das crises ou da instabilidade de nosso tempo, não se comportava com a ingenuidade dos otimistas nem com o amargor dos pessimistas. Sentia claras e fundadas apreensões mas não desesperança. E acrescentava:

“Tenho esperança, porque, no Brasil, confio no povo, nos seus sentimentos de cordura e no seu instinto de justiça e liberdade.”

AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO foi uma de nossas mais completas e brilhantes inteligências, com uma vivência cultural ampla e diversificada.

Escritor, memorialista, biógrafo, crítico e ensaísta literário, poeta, conferencista, historiador, cientista político, constitucionalista — sua imagem é a de um homem polido, um espírito liberal e civilizado, com relevantes serviços ao País.